

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

A Comissão do Concurso Público e a Organizadora Fluxo Consultoria, observando as estipulações do Edital, faz saber que todos os recursos recebidos foram avaliados e respondidos. Por questões de dinâmica e operacionalização, as informações foram consolidadas nesta publicação, evitando-se assim repetições desnecessárias de recursos duplicados.

Seguem os julgamentos:

<p><b>CARGO OU PROVA: PORTUGUÊS ENSINO MÉDIO</b></p> <p><b>Questão 1</b> <b>Gabarito Oficial: D</b></p> <p>1. Atente para as seguintes afirmações: I. Em 2003, ligada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de preservar e valorizar as diferentes manifestações culturais do Brasil, foi criada a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID). II. A finalidade específica da SID é reservar espaços para debates sobre política cultural com determinados grupos da sociedade: os indígenas e as comunidades rurais, embora essa secretaria também promova outros projetos culturais. III. Através das Redes Culturais, os diversos grupos culturais têm acesso ao aporte financeiro e técnico para o desenvolvimento de projetos culturais, realização de oficinas e eventos ligados à arte.</p> <p>Em relação ao texto, está correto o que se afirma em: a) I e II. b) II e III. c) I, II e III. d) I e III.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p><u>Fundamentação:</u></p> <p>Na questão em comento, o gabarito oficial considerou correta a letra “d”. Entretanto, não merece prosperar como correta, uma que o “item III” menciona aporte técnico e financeiro, estando em desacordo com o texto.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p><u>Aporte</u>, segundo Aurélio, significa subsídios de naturezas várias – moral, social, literária ou científica – para algum fim: achegas, contribuição.</p> <p>O item III não está em desacordo com o texto, embora a expressão “aporte financeiro e técnico” não esteja literalmente citada no texto, há outras que sugerem a mesma ideia, entre elas: - “são premiadas com recursos do Edital...” (aporte financeiro) - “A Rede Cultural da Terra realiza oficinas de capacitação...” (aporte técnico) - “A Rede Cultural de Estudantes... apoia a criação de centros Universitários de Cultura e Arte.” (aporte técnico)</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: PORTUGUÊS ENSINO MÉDIO</b></p> <p>Questão 12 Gabarito Oficial: C</p> <p>12. Considerando a concordância nominal, assinale a frase correta:</p> <p>a) Ela mesmo confirmou a realização do encontro. b) Foi muito criticado pelos jornais a reedição da obra. c) Muito obrigada, querido, falou me emocionada. d) Anexo, remeto-lhes nossas últimas fotografias.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p><u>Fundamentação:</u></p> <p>A ausência do hífen na alternativa “c”, trazida como correta, trouxe certa confusão na hora de resolver a questão. Por ser uma questão sobre concordância nominal, o erro de digitação (ausência do hífen) trouxe confusão, influenciando no erro da questão. Isso é um erro gramatical também, pois não houve a utilização do hífen na ênclise formada pelo emprego do pronome átono “me”, logo depois do verbo “falou”.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>A questão diz respeito à concordância nominal.</p> <p>Nos itens “a”, “b” e “d”, os erros quanto à concordância nominal estão evidentes:</p> <p>- No item “a”, a palavra <u>mesmo</u> deveria concordar com o pronome <u>ela</u>. - No item “b”, a palavra <u>criticado</u> deveria estar no <u>feminino</u> concordando com a palavra <u>reedição</u>. - No item “d”, a expressão separada por vírgula deveria ser <u>em anexo</u>.</p> <p>Já no item “c”, a ausência do hífen não prejudica o objetivo da questão em relação à concordância nominal que está correta.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

**CARGO OU PROVA: PORTUGUÊS ENSINO MÉDIO**

**Questão 16**

**Gabarito Oficial: B**

16. Leia com atenção o trecho da música Asa Branca de Luiz Gonzaga.

Quando oiei a terra ardendo  
Qual fogueira de São João  
Eu perguntei a Deus do céu, ai  
Por que tamanha judiação.  
Que brasero, que fornaia  
Nem um pé de prantação  
Por farta d'água perdi meu gado  
Morreu de sede meu alazão  
inté mesmo a asa branca  
Bateu asas do sertão  
Entonce eu disse adeus Rosinha  
Guarda contigo meu coração.

Pode-se observar que o eu-lírico usa uma linguagem:

- a) Confusa, já que contém vários erros de gramática.
- b) Popular, com expressões regionais.
- c) Imprópria para poemas de literatura.
- d) Coloquial e pouco poética.

**RECURSO:**

Fundamentação:

Na questão em comento, referente ao trecho da música Asa Branca de Luiz Gonzaga, pode-se observar a linguagem coloquial, conforme fundamentação a seguir:

Língua coloquial: <http://portugues.uol.com.br/redacao/lingua-culta-coloquial.html>

Variante espontânea;

Utilizada em relações informais;

Sem preocupações com as regras da gramática normativa;

Presença de coloquialismos (expressões próprias da fala), tais como: pega leve, se toca, tá rolando etc.;

Uso de gírias;

Uso de formas reduzidas ou contraídas (pra, cê, peraí etc.);

Uso de “a gente” no lugar de nós;

Uso frequente de palavras para articular ideias (tipo assim, ai, então etc.).

Assim, requer a anulação da questão.

**RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO**

A linguagem é sim coloquial, mas é predominantemente poética e lírica, logo, não se pode considerar a

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

linguagem do texto de “Asa Branca” como pouco poética. Já a alternativa “b”, está totalmente correta, já que a linguagem é popular e faz uso de muitas expressões regionais.

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: PORTUGUÊS ENSINO MÉDIO</b></p> <p>Questão <b>18</b> Gabarito Oficial: <b>C</b></p> <p>18. Assinale a alternativa que apresenta um erro de colocação pronominal: a) Alguns alunos fizeram a lição, outros se fizeram de desentendidos. b) Dar-lhe-emos o recado ainda hoje. c) Me confundi e acabei lhe entregando o recibo errado. d) Por favor, diga-lhe que vou recebê-lo ainda hoje no meu escritório.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p><u>Fundamentação:</u></p> <p>O enunciado da questão pede para assinalar a alternativa que apresenta “um erro” de colocação pronominal, então acredita-se que o gabarito indicado pela banca contem dois erros: “Me confundi” e “lhe entregando”, pois nos dois casos de colocação pronominal deveríamos utilizar a ênclise, e não a próclise, ou seja, utilizando “confundi-me” e “entregando-lhe”.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>O pronome oblíquo <u>me</u> iniciando a frase constitui erro de colocação pronominal. Já na locução verbal “acabei lhe entregando”, não há erro de colocação pronominal. É gramaticalmente correto o uso do pronome <u>lhe</u> após o primeiro verbo da locução e antes do gerúndio.</p> <p>No item colocação dos pronomes átonos nas locuções verbais compostas de <u>verbo auxiliar</u> seguidas de <u>verbo no gerúndio</u>, veja, a seguir, o que diz BECHARA:</p> <p>O pronome átono pode aparecer:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) proclítico ao auxiliar: <u>Eu lhe estou falando.</u></li><li>2) enclítico ao auxiliar (ligado por hífen): <u>Eu estou falando-lhe.</u> (mais raro)</li><li>3) Com mais frequência, ocorre entre os brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen: <u>Eu estou lhe falando.</u></li></ol> <p>É o caso em questão na prova.</p> <p>SACCONI também diz: Nas locuções verbais, o pronome oblíquo pode aparecer em qualquer posição, se não houver fator de próclise. Ex: <u>A criança está acalmando-se.</u> <u>A criança está se acalmando.</u> <u>A criança se está acalmando.</u></p> <p>SACCONI acrescenta: Na fala brasileira se dá preferência ao pronome entre os verbos, qual seja, a segunda colocação. É o caso da questão da prova.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: PORTUGUÊS SUPERIOR</b></p>
<p>Questão 2 Gabarito Oficial: <b>D</b></p> <p>2. Mantendo-se tanto a correção gramatical quanto os sentidos originais do texto,</p> <p>a) o pronome “los” em “transformá-los”, poderia ser substituído por “lo”, caso em que passaria a referir-se a “desenvolvimento da humanidade” (1º parágrafo).</p> <p>b) a expressão “por isso” pode ser substituída por “no entanto”, caso em que passaria ter o sentido de “entretanto” (1º parágrafo).</p> <p>c) a forma verbal “façam” poderia ser empregada no singular para concordar com “Cada realidade cultural” (2º parágrafo).</p> <p>d) a palavra “no”, em “contribui <b>no</b> combate a preconceitos” poderia, sem tornar o trecho incoerente, ser substituída por “para o” (2º parágrafo).</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p><u>Fundamentação:</u></p> <p>Como é cediço, alguns verbos apresentam mais de uma regência, exigindo uma preposição diferente para cada acepção que apresenta ou para cada tipo de complemento. É o caso do verbo “contribuir”, que admite as preposições “com”, “para” e “em”, cada uma delas atribuindo a ele uma nuance de significado distinta.</p> <p>De fato, a preposição “com” informará o meio utilizado para a contribuição. Em outras palavras, o complemento se referirá àquilo que é ofertado na contribuição. Exemplo: Os fiéis contribuíram com dinheiro.</p> <p>Por sua vez, a preposição “para” informará o beneficiário da contribuição, ou seja, a que(m) será destinado o elemento material da contribuição. Exemplo: Os fiéis contribuíram para a restauração do templo.</p> <p>Reunindo-se as duas informações, obtém-se, assim, o seguinte exemplo: Os fiéis contribuíram com dinheiro para a restauração do templo.</p> <p>Por fim, a preposição “em” informará que a contribuição se dará de forma participativa. Exemplo: Os fiéis contribuíram na restauração do templo.</p> <p>Com propriedade, Denise Dias Martins, Mestre e Doutoranda em Linguística (Semântica) pela UFSC, ratifica o entendimento exposto em seu artigo “O processo de gramaticalização nas preposições”, publicado na Revista Línguas &amp; Letas – Unioeste – Vol. 15 – Nº 31 – 2014, páginas 09/11. Confira-se: “Alguns verbos aceitam mais de uma preposição e para cada combinação o significado muda um pouco, há uma nuance diferente. É o que podemos observar nos exemplos abaixo (...):</p> <p>a) As reuniões contribuíram para a elaboração do Plano Diretor.</p> <p>b) As reuniões contribuíram na elaboração do Plano Diretor. (...)</p> <p>Temos acima quatro pares de sentenças quase iguais, a única mudança é a preposição. A pergunta é: O significado é o mesmo em cada par de sentenças? Acredito firmemente que não. Contribuir para alguma coisa é bem diferente de contribuir em alguma coisa, na primeira a contribuição é indireta e na segunda é direta, é participativa.” (in autora e obra citadas).</p> <p>Assim, requer a anulação da questão, pois a alternativa apresentada com correta (letra “d”) considera possível, “sem tornar o trecho incoerente”, a substituição da palavra “no” pela expressão “para o”, sendo que a substituição acarretaria, sim, uma significativa alteração de sentido da frase, interferindo na</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

coerência textual do trecho apresentado.

**RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO**

Incoerência é a desorganização estrutural do texto, impossibilitando o entendimento do mesmo.

A substituição do “no” por “para o”, no contexto, não torna o texto incoerente, apenas foi usada outra regência também aceita, mantendo-se, assim, a correção gramatical do texto, conforme o enunciado da questão.

Não houve mudança de sentido e nem possibilitou dar outra interpretação ao texto.

Já nos itens “a”, “b” e “c”, há erros gramaticais gritantes.

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: MATEMÁTICA ENSINO MÉDIO</b></p> <p>Questão <b>21</b> Gabarito Oficial: <b>A</b></p> <p>21. Qual é o domínio da função</p> $\frac{x + 9}{2x^2 - 18}$ <p>a) todos os reais, exceto 3. b) Todos os reais, exceto 9. c) todos os reais menores de 9. d) todos os reais maiores de -9.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p><u>Fundamentação 1:</u></p> <p>Dada a resolução da questão, é de <math>X = +/- 3</math> Assim, a resposta correta seria: todos os reais, exceto +3 e -3. Resposta essa que não está em nenhuma das alternativas.</p> <p><u>Fundamentação 2:</u></p> <p>Em relação à questão em comento, ressalta-se tratar a mesma de assunto não previsto no Conteúdo Programático determinado pelo Edital. Vejamos: versa a questão sobre domínio de uma função. Nesse sentido, há que se destacar que Funções Matemáticas são correspondências entre dois ou mais conjuntos, por definição; não havendo, em qualquer parte da previsão programática do Edital referente ao presente certame, a previsão de referido conteúdo. Ainda que haja previsão para Equações – que, por definição, são quaisquer igualdades entre determinados valores variáveis – e que se possa admitir algumas relações entre os conceitos de equações e funções; impende destacar que a não menção expressa do Conteúdo em Edital impossibilita a cobrança, direta ou indireta, do mesmo, em qualquer questão da avaliação. Nesse sentido, há que se ressaltar que os conceitos de Equações e Funções, embora similares, são distintos entre si.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: DEFERIDO (ANULAR)</b></p> <p>A raiz quadrada de um número pode assumir tanto valores positivos quanto negativos</p>



**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: MATEMÁTICA ENSINO MÉDIO</b></p> <p>Questão 23 Gabarito Oficial: <b>B</b></p> <p>23. Qual o determinante da matriz abaixo?</p> $\det M = \begin{bmatrix} 2 & 5 \\ 10 & 30 \end{bmatrix} = ?$ <p>a) -10 b) 10 c) 5 d) -3</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p><u>Fundamentação:</u></p> <p>O conteúdo referente a Matriz não faz parte do conteúdo programático lançado no edital. Impende destacar, por oportuno, que a não menção expressa do Conteúdo em Edital impossibilita a cobrança, direta ou indireta, do mesmo, em qualquer questão da avaliação.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>O conteúdo programático estabelecido no edital é um guia de estudos mínimo, não impedindo o uso de matérias constantes no curriculum básico do nível requerido para o cargo, ou níveis anteriores. O conteúdo é estabelecido pelo documento “Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores”, disponível em <a href="http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf">http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf</a>, página 79 item D31: Determinar a solução de um sistema linear, associando-o a uma matriz</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: MATEMÁTICA ENSINO MÉDIO</b></p>
<p>Questão <b>24</b> Gabarito Oficial: <b>D</b></p> <p>24. Patrícia investiu R\$2.000,00 e obteve um lucro de R\$350,00. Se a taxa foi de 0,5% ao mês a juros simples, qual foi o prazo de aplicação desse investimento?</p> <p>a) 3 anos. b) 1 ano. c) 2,5 anos. d) 35 meses.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p><u>Fundamentação:</u></p> <p>O conteúdo referente a Juros Simples não faz parte do conteúdo programático lançado no edital. Impende destacar, por oportuno, que a não menção expressa do Conteúdo em Edital impossibilita a cobrança, direta ou indireta, do mesmo, em qualquer questão da avaliação.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>O conteúdo programático estabelecido no edital é um guia de estudos mínimo, não impedindo o uso de matérias constantes no curriculum básico do nível requerido para o cargo, ou níveis anteriores. O conteúdo é estabelecido pelo documento “Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores”, disponível em <a href="http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf">http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf</a>, página 79 item D32: Resolver problema de contagem utilizando o princípio multiplicativo ou noções de permutação simples, arranjo simples e/ou combinação simples.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: MATEMÁTICA ENSINO MÉDIO</b></p> <p>Questão <b>29</b> Gabarito Oficial: <b>A</b></p> <p>29. Quais são as raízes aproximadas da seguinte equação do segundo grau:</p> $-x^2 + 32x + 2 = 0$ <p>a) <math>x_2 = 32</math> b) <math>x_1 = -16</math> c) <math>x_2 = 18</math> d) <math>x_1 = x_2 = 15</math></p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p><u>Fundamentação 1:</u></p> <p>Essa questão apresenta-nos um impasse dentro das assertivas. Como nos fornece a elaboração do cabeçalho “Quais são as raízes aproximadas da seguinte equação do segundo grau”. Acontece que, em detrimento da objetividade na resposta, o gabarito oficial considera que apenas uma opção, a letra “a” apresenta-se como sendo correta. No entanto, em “a”, apenas uma raiz se estabelece como alternativa dessa resposta, havendo, por isso, uma contradição entre o que foi pedido no cabeçalho da questão e a resposta apresentada, pois o cabeçalho refere-se às “raízes” termo evidente pluralizado, enquanto que a resposta nos dá apenas uma raiz. Há uma contradição dentro da gramática, que estabelece distinções claras entre o que seja uma declinação pluralizante e uma singularização do termo.</p> <p><u>Fundamentação 2:</u></p> <p>As raízes aproximadas solicitadas na questão são <math>X_1 = 0</math> e <math>X_2 = 32</math>, porém as opções dadas não condizem com o que foi pedido na questão.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>As raízes possíveis ao se realizar a Fórmula de Bhaskara são <math>X_1=0</math> e <math>X_2=32</math>, observa-se que em nenhuma outra opção de resposta temos a opção “0”, dessa forma temos uma resolução possível que é a opção “A”. Não ter o “0” como complementar na opção “A”, não torna essa opção como incorreta, visto que as demais opções de respostas não atende de nenhuma forma o enunciado.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<b>CARGO OU PROVA: MATEMÁTICA ENSINO MÉDIO</b>
Questão <b>30</b> Gabarito Oficial: <b>C</b>  30. Em um triângulo retângulo tem hipotenusa igual a 20. Qual o valor do cateto adjacente se o ângulo formado entre ele e a hipotenusa é de 60°? (Considerar $\text{sen } 60^\circ=0,866$ , $\text{cos } 60^\circ=0,500$ , $\text{tg } 60^\circ=1,732$ ). a) 15 b) 8 c) 10 d) 5
<b>RECURSO:</b>  <u>Fundamentação:</u>  O conteúdo referente a Trigonometria não faz parte do conteúdo programático lançado no edital. Impende destacar, por oportuno, que a não menção expressa do Conteúdo em Edital impossibilita a cobrança, direta ou indireta, do mesmo, em qualquer questão da avaliação.  Assim, requer a anulação da questão.
<b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b>  O conteúdo programático estabelecido no edital é um guia de estudos mínimo, não impedindo o uso de matérias constantes no currículo básico do nível requerido para o cargo, ou níveis anteriores. O conteúdo é estabelecido pelo documento “Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores”, disponível em <a href="http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf">http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf</a> , página 78, item D5: Resolver problema que envolva razões trigonométricas no triângulo retângulo (seno, cosseno, tangente)

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: ARQUITETO</b></p> <p>Questão 35 Gabarito Oficial: C</p> <p>35. O Plano Municipal de Cultura de Juiz de Fora é o resultado do encontro da sociedade civil e do Poder Público e retrata a realidade e os anseios do município; e é a partir desse processo que se busca estabelecer uma política pública de cultura de qualidade, estimulando e assegurando a potencialidade de nossa cidade. Ter essa ferramenta estruturada e bem costurada é a garantia de um tempo à frente repleto de estímulos e resultados voltados para os artistas, apreciadores da arte, e a sociedade.</p> <p>Sobre o trecho acima podemos afirmar:</p> <p>a) Apenas a primeira frase está incorreta, que vai até o ponto e vírgula. b) Apenas a primeira frase está correta, que vai até o ponto e vírgula. c) Está completamente correto. d) Está completamente incorreto.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p>O enunciado da questão trouxe duas assertivas a serem consideradas pelos candidatos: a primeira, “que vai até o ponto e vírgula”, e a segunda, conseqüentemente, a partir do ponto e vírgula. O texto não se trata de uma citação, em razão da ausência de aspas e da não identificação de sua autoria. Desse modo, tratando de frases descontextualizadas, tornou-se possível a interpretação da primeira assertiva (“que vai até o ponto e vírgula”) como INCORRETA. Afinal, o Plano Municipal de Cultura não retrata, propriamente, “a realidade e os anseios do município”, sabiamente muito mais amplos e genéricos, por incluírem tantas outras áreas de atuação municipal além da cultura, como, por exemplo, saúde, saneamento básico, educação, segurança e transporte urbano.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão ou a alteração do gabarito para a alternativa “a”.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>O Recurso não merece prosperar, pois, as duas primeiras opções “A” e “B” trazem em seu enunciado a palavra “Apenas”. E, avaliando o Plano Municipal de Cultura de Juiz de Fora, nota-se que todo o conteúdo do texto da questão está em perfeita consonância com o Plano.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: CONTADOR</b></p> <p>Questão <b>23</b> Gabarito Oficial: <b>B</b></p> <p>23. Assinale a alternativa correta em relação ao Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento da Contabilidade Pública:</p> <p>a) O Plano Plurianual prescinde de elaboração regionalizada, uma vez que são grandes as diferenças das realidades setoriais do Brasil.</p> <p>b) Tanto a pavimentação de uma estrada, por exemplo, quanto o custeio de sua manutenção posterior deverão estar previstos no Plano Plurianual.</p> <p>c) As ações cuja execução esteja restrita a um único exercício financeiro não estão dispensadas de serem discriminadas no PPA.</p> <p>d) Os investimentos não poderão ser iniciados sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei prévia que o autorize.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p>Essa questão contém duas alternativas corretas. A alternativa “d” também está correta, conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 167 da CF/88, que versa o seguinte: “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.”</p> <p>Sendo que a alternativa “b”, tida como a de gabarito oficial também está correta.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>A alternativa “D” da questão está incorreta, pois está incompleta. Segundo art. 167, parágrafo 1º, CF: “Nenhum investimento <u>cuja execução ultrapasse um exercício financeiro</u> poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.”. Ou seja, os investimentos que não ultrapassem um exercício financeiro poderão sim ser iniciados sem prévia inclusão no Plano Plurianual. Portanto, gabarito correto alternativa “B”.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

**CARGO OU PROVA: CONTADOR**

Questão **25**

Gabarito Oficial: **A**

25. Analise as afirmativas abaixo sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) e assinale a alternativa correta:

- I. A finalidade da LOA é a concretização dos objetivos e metas estabelecidos na Lei de Diretrizes orçamentárias.
- II. O projeto da Lei Orçamentária anual deverá ser encaminhado ao Legislativo quatro meses antes do término do exercício financeiro.
- III. Acompanhará a Lei de Orçamento quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.

Opções:

- a) Apenas II está correta.
- b) Apenas III está correta.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) I, II e III estão corretas.

**RECURSO:**

A alternativa “III” está correta, conforme dispõe o art. 2º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei 4320/64: A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§1º Integrarão a Lei de Orçamento:

(...)

III – Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

Ademais, a assertiva dada como correta, que corresponde à alternativa “II” diverge do que dispõe o art. 32, da Lei 4320/64 – Se não receber a proposta orçamentária **no prazo fixado** nas Constituições ou **nas Leis Orgânicas dos Municípios**, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente (grifo nosso), bem como o art. 60, III da LO de Juiz de Fora – Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal, nos seguintes prazos:

III – o **do orçamento anual até o dia 15 de outubro de cada ano** e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa (grifo nosso).

Portanto, o prazo para envio do projeto da Lei Orçamentária anual será estabelecido de acordo com a Lei Orgânica de cada Município.

Assim, requer a anulação da questão. A ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B

**RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO**

O item II está correto de acordo com os ADCT, art. 35, parágrafo 2º: “III - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.”. A questão não especifica ser a lei orçamentária municipal, portanto, não há motivo para sua incorreção. O item III está incorreto, pois de acordo com a

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

Lei 4320/64, art. 2º: “§1º Integrarão a Lei de Orçamento:(...) III – Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;”. O Quadro Discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação deverá integrar a LOA, e não a acompanhar. O parágrafo 2º do mesmo artigo traz os itens que acompanharão a LOA. Portanto, alternativa correta letra “A”.



**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: CONTADOR</b></p>
<p>Questão <b>26</b> Gabarito Oficial: <b>D</b></p> <p>26. Segundo a Constituição Federal de 1988, caberá à Lei Complementar, <b>EXCETO</b>:</p> <p>a) Dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do PPA, LDO e LOA.</p> <p>b) Estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta e estabelecer condições para a instituição e funcionamento de fundos.</p> <p>c) Estabelecer os limites de despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>d) Autorizar a inclusão de investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro no Plano Plurianual.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p>O art. 165, §9º, I e II: leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: (...) § 9º Cabe à lei complementar: I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual; II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.”, correspondem às afirmativas “a” e “b” da questão.</p> <p>Entretanto, a alternativa “c”, dada como correta na questão, não consta no texto constitucional, conforme dispõe o enunciado da questão – “<b>Segundo a Constituição Federal de 1988...</b>” (grifo nosso)</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>Segundo art. 169 da Constituição Federal de 1988: “A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.”. Portanto, alternativa “C” está contida na CF/88 e está correta. Gabarito mantido, alternativa “D”.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: CONTADOR</b></p> <p>Questão <b>28</b> Gabarito Oficial: <b>B</b></p> <p>28. Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo:</p> <p>a) Elaborará a proposta orçamentária por sua conta e risco. b) Considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente. c) Basear-se-á no último orçamento vigente para elaboração da proposta. d) Estenderá os prazos de entrega das propostas orçamentárias.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p>Essa questão contém duas alternativas corretas. A assertiva dada como correta, a “b” está correta, pois é a cópia fidedigna do disposto no art. 32, da Lei 4320/64. Entretanto, a alternativa “c” também está correta, pois o texto quer dizer a mesma coisa do que versa o art. 32 da Lei 4320/64. Cabe ressaltar que “Basear-se-á no último orçamento vigente” (texto da letra “c”) e “...considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente” (texto da letra “b”) tem o mesmo sentido, ou seja, dizem a mesma coisa.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>Basear-se no último orçamento vigente para elaboração de um projeto orçamentário não se confunde com considerá-lo em si como proposta. Basear-se não significa que o utilizará de fato. Portanto, única alternativa correta letra “B”.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: CONTADOR</b></p> <p>Questão <b>30</b> Gabarito Oficial: <b>B</b></p> <p>30. De acordo com a CF/1988, o Controle Externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:</p> <p>a) Apreciar as contas prestadas anualmente pelos Chefes do Executivo, mediante parecer prévio. b) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração indireta. c) Fiscalizar as contas internacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe. d) Remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p>O tema abordado nessa questão não faz parte do conteúdo programático da disciplina Conhecimentos Específicos do cargo de Contador, contido no Edital. Não consta no conteúdo a Constituição Federal de 1988.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>Segundo Art. 71 da Constituição Federal de 1988, compete ao Tribunal de Contas: “II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;”. Assim, a questão não só engloba o assunto “Constituição Federal de 1988”, como também o “Controle Externo”. Portanto, gabarito correto alternativa “B”.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<b>CARGO OU PROVA: CONTADOR</b>
Questão 33 Gabarito Oficial: <b>B</b>  33. Considerando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal (RLF), assinale a alternativa correta sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias: a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias determinará o equilíbrio entre receitas e despesas. b) A LDO conterà autorização para que os municípios contribuam para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação. c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá os limites de empenho de despesa do Poder Público. d) A LDO estabelecerá normas relativas ao controle de investimentos e receitas advindas e programas com recursos dos orçamentos.
<b>RECURSO:</b>  Essa questão contém duas alternativas corretas. A alternativa “a” está correta, conforme dispõe o art. 4º, inciso I, alínea “a” da LC 101/2000. A assertiva dada como correta, que corresponde à alternativa “b” também está correta, conforme dispõe o art. 62, I da LC 101/2000.  Assim, requer a anulação da questão.
<b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b>  Segundo o art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias: “I - <u>disporá</u> também sobre: a) equilíbrio entre receitas e despesas;”. A LDO não irá determinar o equilíbrio em si, isso é princípio observado na elaboração da Lei Orçamentária Anual, mas sim apenas disporá sobre o assunto. Da mesma forma que a LDO não define mudanças tributárias, apenas dispõe sobre elas. Portanto, gabarito correto, alternativa “B”.

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: CONTADOR</b></p> <p>Questão 36 Gabarito Oficial: C</p> <p>36. Em relação à transparência definida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa correta:</p> <p>a) A transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de controle orçamentário.</p> <p>b) Transparência deverá ser obtida pela adoção de sistemas independentes de Administração Financeira e Controle.</p> <p>c) O não atendimento de exigências contidas na LRF para transparência sujeita o ente à sanção de não poder receber transferências voluntárias.</p> <p>d) As versões simplificadas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal não são consideradas instrumentos de transparência da gestão fiscal.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p>Essa questão contém duas alternativas corretas. A alternativa “c” está correta, conforme dispõe o art. 73-C da LC 101/2000.</p> <p>No entanto, a alternativa “a” também está correta, de acordo com o art. 48, §único, I da LC 101/2000.</p> <p>Assim, requer a anulação da questão.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>Segundo art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal: “Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, <u>durante os processos de elaboração e discussão</u> dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;”. Repare que a alternativa “A” afirma que haverá participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de controle, sendo esta etapa diferente da elaboração e discussão do orçamento público. O inciso acima menciona as fases de elaboração e discussão, não de controle orçamentário. Portanto, alternativa correta letra “C”.</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<p><b>CARGO OU PROVA: HISTORIADOR</b></p> <p><b>Questão 24</b> Gabarito Oficial: <b>D</b></p> <p>24. Sobre os Direitos Culturais e sua constitucionalização, marque V para a(s) Verdadeira(s) e F para a(s) Falsa(s) e escolha a opção correta:</p> <p>I. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. II. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. III. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.</p> <p>Opções de respostas: a) Somente I e II estão corretas. b) Somente I e III estão incorretas. c) Somente III está incorreta. d) I, II e III estão corretas.</p> <p><b>Questão 40</b> Gabarito Oficial: <b>D</b></p> <p>40. Sobre os Direitos Culturais e sua constitucionalização, marque V para a(s) Verdadeira(s) e F para a(s) Falsa(s) e escolha a opção correta:</p> <p>I. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. II. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. III. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.</p> <p>Opções de respostas: a) Somente I e II estão corretas. b) Somente I e III estão incorretas. c) Somente III está incorreta. d) I, II e III estão corretas.</p>
<p><b>RECURSO:</b></p> <p>As questões 24 e 40 da prova de Historiador são iguais, acarretando prejuízo aos candidatos.</p> <p>Assim, requer a anulação das duas questões.</p>
<p><b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b></p> <p>A Banca Examinadora entende que a repetição de questões não configura em prejuízo ao candidato, pelo</p>

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

contrário, o beneficia, pois, as respostas são iguais, assim, entende-se como um erro de montagem de provas quando da impressão e não um erro que prejudique o candidato.

**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<b>CARGO OU PROVA: HISTORIADOR</b>
Questão <b>39</b> Gabarito Oficial: <b>A</b>  Apresenta as regências do período regencial em ordem cronológica: a) Trina Permanente – Una do Padre Diogo Antonio Feijó – Una de Araújo Lima. b) Una de Araújo Lima – Trina Permanente - Una do Padre Diogo Antonio Feijó. c) Una de Araújo Lima – Una do Padre Diogo Antonio Feijó – Trina Permanente. d) Una do Padre Diogo Antonio Feijó – Trina Permanente – Una de Araújo Lima.
<b>RECURSO:</b>  O Período Regencial da Monarquia Brasileira ocorreu entre os anos de Abdicação de D. Pedro I (1831) e o “Golpe da Maioridade” de D. Pedro II (1840). Como característica geral esta época ficou marcada por inúmeras revoltas e uma grave instabilidade política. O Período Regencial pode ser dividido em 4 fases e não 3 fases como foi apresentado na questão.  Assim, requer a anulação da questão.
<b>RESPOSTA DA BANCA: INDEFERIDO</b>  Recurso não assiste o recorrente, visto que em nenhum momento foi citada a quantidade de fases. Pediu-se a ordem cronológica de três delas e o gabarito a apresentou, dessa forma a questão permanece inalterada.



**FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE – FUNALFA**  
**JUIZ DE FORA – ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 281/2015**

**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA**

<b>CARGO OU PROVA: ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO II</b>
<b>CANDIDATO(A): 37680</b>
RECURSO e RESPOSTA DA ORGANIZADORA encontram-se na área da candidata recorrente, sendo acessado de forma individual, pois trata-se de recurso específico, não sendo referente a questões de provas, uma vez que o julgamento não terá efeito de forma geral e sim individual.

Juiz de Fora/MG, 21 de março de 2016.

*Fluxo Consultoria e Treinamento  
em Administração Pública Ltda  
Equipe Técnica/Banca Examinadora*